



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 de Dezembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública no ano de 2025.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pela Rede Câmara SP, e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 28 de novembro de 2025 no *Diário Oficial da Cidade*. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço <http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/>, e também podem ser feitas neste momento junto à Secretaria da Comissão.

Temos a presença do nobre Vereador Dr. Murillo virtualmente? Não mais. O Vereador Dr. Murillo Lima entrou e saiu do espaço virtual.

Sou a Vereadora Marina Bragante e sou quem pediu para termos esta audiência. Foram convidados para esta audiência os Srs.: Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representado pela Sra. Tamires Carla de Oliveira, Chefe de Gabinete da mesma secretaria; Osmário Ferreira da Silva, Secretário da Secretaria Executiva de Limpeza Urbana; João Manoel da Costa Neto, Diretor Presidente da SP Regula, representado pelo Sr. David Tegangno, Gerente de Saneamento Ambiental, *on-line*; o Sr. José Renato Nalini, Secretário-Executivo de Mudanças Climáticas, representado, neste ato, pelo Sr. Alessandro Bender, da Seclima; Barbara Dionisio Chagas, que acompanhará a audiência *on-line* — confirmaremos se ela entrou e ressaltaremos a presença —; Nanci Darcollete, Diretora-Executiva do movimento Pimp My Carroça; Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, Procurador-Geral da Justiça do MP-SP; Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da capital, do MP-SP; Roberto Luis de Oliveira Pimentel, da Promotoria de Habitação e Urbanismo do MP-SP; Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, da Defensoria Pública-Geral da DPE-SP; os nobres Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 2 DE 47

fls. 3

geral.

Passemos à pauta. Trata-se de audiência pública para debater o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, PGIRS, conforme requerimento da Comissão de Política Urbana 20/2025, de autoria desta Vereadora, Marina Bragante, aprovado na reunião ordinária de 29 de outubro de 2025, na Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.

Temos três pessoas inscritas *on-line* e vou lembrar que, caso queira elaborar uma pergunta, as inscrições estão abertas na Secretaria da Comissão. Pensamos em um tempo de fala de 10 minutos para cada membro da Mesa e àqueles que foram convidados, que representam algum órgão público virtualmente. Abrirei fazendo uma fala e já deixarei algumas perguntas para que a Mesa possa se organizar. Gostaria de agradecer vocês pessoalmente pela presença. Este é um tema bastante relevante para nossa cidade. Sei que a Prefeitura este ano se dedicou a encontrar a população, escutar, pensar junto, e é por isso que os convidamos a participar desta discussão, entendendo que é necessário olhar para trás e avaliar o que foi feito e reorganizar o que está por vir na nossa cidade diante deste desafio que não é pequeno.

Desde 2014, o Município de São Paulo tem um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, PGIRS, que definiu diretrizes e metas que devem ser cumpridas até 2034, relacionadas à coleta, tratamento, transporte e disposição final de resíduos sólidos, além de iniciativas de capacitação e educação ambiental relativas ao tema.

Esse Plano representou um avanço importante para o desenvolvimento sustentável e ambientalmente responsável da nossa cidade. É uma cidade com quase 12 milhões de habitantes, sendo que quase 99% desses habitantes residem nas áreas urbanas. A quantidade de resíduos gerado por dia, como vocês podem imaginar, é gigantesca. O desafio não é pequeno.

Vou parar um minuto para convidar a Sra. Barbara Dionisio Chagas, da Secretaria Executiva de Limpeza Urbana, para a mesa a fim de poder conversar conosco sobre o trabalho dela. Muito obrigada pela sua presença.

Em 2025, o plano elaborado em 2014 começou a ser revisado pelo Poder Executivo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 3 DE 47

fls. 4

Municipal. Essa revisão, obrigatória por lei, é fundamental, pois é preciso atualizar a compreensão da realidade para que repensemos diretrizes, metas e estratégias para gestão de resíduos sólidos na nossa cidade. Temos que lembrar que nos últimos anos muita coisa mudou. Por exemplo, os nossos hábitos de consumo, especialmente durante e depois da pandemia. Tivemos um aumento vertiginoso de *delivery* e compras *on-line*, o que gera muito resíduo, papelão, isopor, talheres de plástico, etc.

Outra coisa importante de considerarmos é a quantidade de demolições e construções de novos edifícios em São Paulo, de modo que é só passar na Av. Rebouças para ver novos prédios subindo a cada novo dia. E é impressionante a Av. Rebouças, que está cinza, porque o Sol não consegue chegar mais aonde os carros passam. É uma imagem importante para termos em nossa cabeça, a fim de pensar qual cidade queremos e o que estamos fazendo nesta que vivemos.

Essas obras geram muito resíduo da construção civil, que demanda uma logística e uma estrutura de tratamento específico. Da mesma forma, o lixo eletrônico vem crescendo muito nos últimos anos. E, por outro lado, temos um avanço bastante significativo da tecnologia com muito investimento em pesquisa e inovação para lidar com o resíduo da nossa cidade que temos gerado.

Tudo isso impõe um grande desafio na gestão de resíduos sólidos, especialmente se desejamos, assim espero que seja consenso, fazer uma gestão sustentável, eficiente e, principalmente, ambientalmente compatível. Além de todas essas mudanças conjunturais, a revisão do PGIRS impõe um exercício fundamental de avaliação dos avanços e dificuldades que permearam a implantação do pedido de 2014. De 2014 para agora, muita coisa aconteceu e é importante reavaliarmos, afinal, é um princípio importante do Poder Público, não é?

É preciso avaliar o quanto do Plano de 2014 foi implementado, o que garantiu os resultados pretendidos e o que não causou os impactos esperados. Esse é um exercício periódico que precisa ser feito quando tratamos de políticas públicas, visando qualificar a nossa atuação e nos preparar para construirmos uma cidade mais resiliente, mais sustentável, para a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 4 DE 47

fls. 5

nossa geração e para nossas crianças.

Diante disso, gostaria de ouvir os representantes do Poder Executivo quanto ao andamento da revisão do PGIRS, à luz de suas competências. Então, a Sra. Tamires, à minha direita, chefe de gabinete da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, gostaria de uma contextualização da revisão do PGIRS, fases do processo de revisão, previsão de finalização, governança para sua elaboração e implementação e, se possível, as principais conclusões alcançadas pelo diagnóstico.

Do Sr. David Tegangno, da SP Regula, a integração do plano em revisão com os contratos de concessão, que todos sabem que foi repactuado no ano passado.

Então, antes da revisão do pedido, antes do que estamos fazendo este ano. É quase como se construíssemos um plano para encaixar um contrato que já está lá.

Da Sra. Barbara Dionisio Chagas, sobre o diagnóstico de varrição de rua, limpeza de bueiro, Operação Cata-Bagulho e, por fim, da Sra. Nanci Darcollete, queria que ela falasse um pouco sobre a expectativa da sociedade civil na revisão, impressões sobre o processo de participação, construção junto às cooperativas de catadores e catadoras, que são bastante relevantes numa cidade que é tão desigual como a nossa, porque essa é uma oportunidade que a gente tem de poder incidir em duas coisas: na gestão de resíduos e na redução de desigualdades.

Além disso, se possível, eu queria deixar algumas perguntas orientadoras para meus colegas de mesa abordarem em suas falas.

O primeiro ponto é entendermos quais as metas do plano em vigência que ainda não foram iniciadas ou, se foram iniciadas, ainda não foram cumpridas integralmente, além de quais as principais dificuldades que enfrentamos na implementação dessas metas, na implementação do PGIRS, no alcance dessas metas.

O segundo ponto tem uma questão bastante delicada em voga: a questão dos aterros. No pedido, os aterros eram vistos como última opção, até por serem uma solução que, todos sabem, tem vida útil, ou seja, não são soluções definitivas a longo prazo. Ademais,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 5 DE 47

fls. 6

enquanto elas estão em atividade, sabemos que geram uma série de impactos negativos, inclusive relacionados diretamente com as mudanças climáticas, visto que a matéria orgânica e o resto de podas, se vão para o aterro, decompõe-se sem oxigênio e liberam CH₄, o metano, o gás de efeito estufa com potencial de aquecimento maior, acima de 25% superior ao dióxido de carbono, situação que é bastante relevante para o momento de emergência climática que estamos vivendo, que tem como uma de suas consequências ventanias muito fortes. Hoje é um dia que estamos vivendo isso na cidade, portanto, é importante para lembrarmos que já está acontecendo, não em um futuro nem próximo nem distante.

Diante disso, gostaria de entender por que os aterros continuaram sendo uma estratégia, quando temos outras ferramentas e alternativas mais sustentáveis para dar conta da gestão a longo prazo dos resíduos sólidos.

O terceiro ponto já entra numa outra ferramenta, que é bastante cara ao meu mandato e a parte da cidade, que são os incineradores, ou, como a prefeitura tem chamado, as usinas de recuperação energética, UREs.

A maioria das pessoas já sabem que existem grandes projetos de implantação de um incinerador em Perus e um em São Mateus, uma região que abriga uma terra indígena e uma das maiores áreas verdes da cidade. Em São Mateus, a proposta de instalação do incinerador vem junto com a necessidade, em termos, de “matar” 60 mil árvores numa região que tem muitas ilhas de calor e tem menos árvores do que outras partes importantes da cidade. Parece-nos um contrassenso que, com relação ao Perus, uma área ambiental e culturalmente tão rica e diversa, seja justamente a escolhida para abrigar um polo de queima de lixo que pode comprometer a qualidade do ar e a vida das pessoas. O mesmo para São Mateus, porque é uma região muito populosa e que sofrerá as consequências disso.

Eu queria que vocês comentassem o porquê dos incineradores serem vistos como estratégias de gestão de resíduos sólidos e por que a gente não está rumando para a adoção de medidas ambientalmente mais compatíveis na cidade de São Paulo, reconhecendo que os *ecoparks* têm vários passos antes de chegar do incinerador, mas, quando escutamos a prefeitura

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 6 DE 47

fls. 7

falar sobre as propostas, o incinerador é o surge com mais orgulho, como inovação, além de ambientalmente responsável.

Um dos dados importantes quando se trata de resíduo é o índice de rejeito, que se refere a todo o montante de resíduo que chega nas cooperativas e não pode ser reciclado por estar contaminado, sujo ou úmido. Esse índice é de 30 a 40%, que é bem alto. Trata-se de um desafio mundial. Sabemos que isso impacta negativamente na renda do cooperado e revela dificuldade e a falta de capacitação da população na separação dos resíduos recicláveis. Diante disso, eu queria que vocês comentassem quantas campanhas e projetos de educação ambiental foram implementadas nesses últimos 11 anos de PGIRS visando capacitar a população no tema da reciclagem, mas também reconhecendo que vocês não necessariamente estavam nos últimos 11 anos na Prefeitura, de modo que, se pudermos focar apenas neste ano, já seria bom entendermos quantas campanhas foram feitas. Estou finalizando, mas realmente tenho muitas perguntas.

Em 2014, a gravimetria dos resíduos domiciliares mostrou que 51% é matéria orgânica, seguida de recicláveis secos, que são 35%, e rejeitos, 14%. Na gravimetria de 2025, a matéria orgânica baixou de 50 para 46,9, o que é uma diminuição tímida. Queria entender como é que vocês avaliam esse tímido avanço, ainda mais considerando que essa matéria orgânica pode ser transformada em adubo e biogás, ou seja, tem valor.

Como foi o planejamento de implementação da coleta sobre 100% das ruas oficiais da cidade, a universalização da coleta seletiva? Porque falamos bastante sobre isso nas ruas. Comento e pergunto quem da plateia toda vez que tenho oportunidade, e elas não estão sempre assim vazias, geralmente muito mais gente sabe que passa coleta seletiva na sua rua, o horário e, se não houver ninguém, são poucas pessoas que levantam a mão. Então, para mim, é um ponto bastante relevante para pensarmos a gestão de resíduos da cidade.

Como será feita a harmonização da concessão com as diretrizes e metas deste plano quanto às concessões em 2024, os contratos de concessão foram renovados. Com a revisão do PGIRS? Já foi abordado anteriormente, mas gostaria de entender como é que estamos pensando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 7 DE 47

fls. 8

isso enquanto cidade, ou seja, o quanto que a temos de possibilidade de repensar o contrato após a assinatura dele?

Outro ponto importante: o diagnóstico se debruçou sobre a gestão de resíduos nas compras e obras públicas, comparando a situação de 2014 com a atual, tendo em vista os avanços em termos de sustentabilidade nesta seara. Não sei se todos sabem, mas estou na CPI do Jardim Pantanal, que é um conhecido bairro aqui de São Paulo que todo ano alaga.

Há alguns meses fizemos uma “CPIzinha do Jardim Pantanal” com as crianças que lá residem e muitas das crianças relacionaram o acúmulo de lixo com as enchentes e a qualidade de vida do bairro. Queria entender como o diagnóstico investiga e se debruça sobre essas questões da desigualdade, da prestação de serviço, da relação do lixo, da identidade do bairro, da renda e das vulnerabilidades social, ambiental e climática. Vivemos em uma cidade que é muito desigual, aí acho que há diferenças entre o que acontece no centro e nas periferias, porque as periferias não são uma coisa só, logo seria bom escutá-los.

Na penúltima questão, falando em vulnerabilidade, gostaria de saber se tem sido considerado pela equipe da revisão do PGIRS a instituição de taxas pelos serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos. Em caso afirmativo, como se dará a regulamentação das concessionárias para que a cobrança leve em consideração as desigualdades sociais, econômicas e territoriais da nossa cidade?

Por último, gostaria de entender quantas pessoas participaram dos *workshops* que foram feitos, das audiências, como organizaram esse chamamento para que a gente tivesse efetivamente uma cidade participando e discutindo sobre o futuro dela, que foi um fato bastante relevante no 2014. Na construção de 2014, quem participou fala com muito carinho e com muita admiração pela quantidade de gente que foi envolvida, tanto de pessoas físicas como de organizações. Então eu fui em apenas uma, meu gabinete foi em outras, mas não estava tão mobilizado, de modo que gostaria de entender essa perspectiva.

Podemos organizar a ordem de fala deste modo: Sra. Tamires Carla de Oliveira, Sr. Alessandro Bender, Sra. Barbara Dionisio Chagas e Sra. Nanci Darcollete.

Sra. Tamires Carla de Oliveira, combinamos 10 minutos, mas fiz muitas perguntas, então, se houver necessidade de estender a fala, será permitido.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Tentarei responder e dar uma explicação. Vamos conversando e o pessoal vai complementando. O Sr. Luiz Gustavo Gallo Vilela, que é coordenador do trabalho todo do PGIRS, também pode me complementar.

Enfim, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como todos sabem, é um plano, assim como qualquer outro, para direcionar e dar diretrizes, estabelecer quais serão os planos, as metas, enfim, como a política pública vai se estabelecer e se consolidar ao longo do período determinado.

No caso do que foi feito em 2014, como a nobre Vereador Marina Bragante bem pontuou, tivemos uma série de mudanças, entre elas as de comportamento da sociedade, de consumo e de legislação. Tivemos uma série de legislações alteradas ao longo desses últimos 11 anos e o plano já tinha sua previsão de revisão, no décimo ano. Mas isso está demandando também uma série de ajustes por conta disso tudo que aconteceu. Não esperávamos ter uma pandemia, tantas alterações de legislação e tanto normativas a nível de planejamento, como normativas do dia a dia, normas técnicas, enfim, de como lidar com o resíduo.

Então, esse plano que estamos desenhando traz toda essa atualização do que teve de mudança ao longo desses 11 anos. Apesar todos falarem muito do PGIRS, acho que é importante destacar que uma das dificuldades em relação à mensuração do plano, que não foi de agora, mas desde quando ele existe, é justamente a ausência de clareza dos indicadores, as metas de certa forma abstratas e a dificuldade de fazermos realmente uma leitura de como de fato as coisas estavam acontecendo. Então, demandou-se um tempo de levantamento de diagnóstico bastante grande. Passamos muito tempo nos debruçando e chegamos a mais de 60% dele, o que foi concluído, iniciado ou que as coisas já estão em andamento, e 33% que de fato tem algumas ações que demandaram ou que realmente não conseguem, não são possíveis de serem feitas, ou de fato ainda não foram iniciadas. Eu não vou saber informar a V.Exa. os detalhes, mas teremos um momento amanhã que contarei a V.Exas para podermos nos debruçar

nisso.

Estamos consolidando, então não tenho os dados agora.

Enfim, com relação a como fomos construindo esse plano, tivemos uma primeira etapa de preparação e contextualizando a partir do final para o começo: a Amlurb foi extinta, em 2022, por uma série de questões que o pessoal sabe explicar melhor que eu. Em 2023, estabelecemos um grupo de trabalho intersecretarial a nível de governo para discutir como que a gente resolveria todas as lacunas dessa extinção da Amlurb e com a divisão toda que foi estabelecida: a SELIMP, o SP Regula e, recentemente, a criação da SECLIMA.

A questão de resíduo nunca foi tratada na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Então, sempre foi algo que atravessava, mas não tínhamos uma determinada responsabilidade sobre a política em si, porque existia a autarquia, que liderava isso diretamente. E, ao longo de 2023, fomos trabalhando e entendendo como que poderíamos estabelecer uma governança sobre a política de resíduos.

Em 2024, no ano passado, publicamos um Decreto. Então, por toda essa discussão que levantamos, criamos um comitê, o Consórcio Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, CIGIRS, composto por: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, por força de sermos o órgão local do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, passamos a ser os coordenadores da política de resíduos e deste comitê especialmente; SP Regula, naturalmente, responsável pelos contratos da coleta; Secretaria Executiva de Limpeza Urbana, responsável pela varrição, pelo dia a dia da cidade; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, por conta do entendimento de que, quando falamos de cooperativa catadora, não estamos falando do resíduo, mas de geração de emprego, renda, em um viés de desenvolvimento econômico; as Secretarias de Mudanças Climáticas, por questões óbvias, afinal o resíduo é um componente importante que tem sua relevância dentro do cômputo de todos os aspectos relacionados à questão climática. Recentemente entrou também a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, por conta da Coordenadoria de Segurança Hídrica, até então vinculada a SEPEP, a antiga Secretaria de Entregas Prioritárias, que passou a ser a Secretaria

Municipal de Planejamento e Eficiência, e a Coordenadoria de Segurança Hídrica foi para a Secretaria de Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Então, portanto, SMUL compõe este comitê. Esse comitê se reúne mensalmente e o nosso grande foco foi, além de estabelecer como trabalharíamos o comitê em si, que ainda estamos nos construindo, justamente o PGIRS, que é o grande objeto de discussão desse comitê.

Quando fomos começar de fato a fazer a revisão, obviamente não conseguiríamos fazer isso sozinhos, e decidimos contratá-la através do acordo de contribuição que já tínhamos com a ONU-HABITAT, até porque é um tema que essa instituição trata, não é o resíduo sólido na cidade e através do acordo de contribuição a ONU-Habitat, que passa a nos apoiar na construção desse plano. Então temos uma equipe que trabalha junto conosco, com consultores, especialistas em determinados temas, uma coordenação, portanto, temos um trabalho bastante ativo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Enquanto a Sra. Tamires Carla de Oliveira está se hidratando, gostaria apenas de registrar a presença do nobre Vereador Nabil Bonduki.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Então, estamos contando com o apoio da ONU-Habitat para elaboração desse plano.

Voltando à questão das etapas, depois de contextualizar, tivemos uma primeira etapa de preparar, mobilizar e entender quais os caminhos que íamos traçar na elaboração do plano de trabalho. Após, entramos na etapa do diagnóstico da situação atual, que demandou um trabalho árduo, pois tivemos que buscar muitos dados, e não é fácil conseguir dados sobre São Paulo, especialmente no tema do resíduo, porque a gestão de resíduos não é uma responsabilidade do Poder Público, mas da sociedade como um todo. Precisamos, por exemplo, do setor privado muito atuante. Então há dados que precisamos capturar, principalmente quando falamos de logística reversa, como que essas coisas estão acontecendo.

Então, demandou um trabalho muito grande de fazer levantamentos de todas as normas que vigeram. Cada vez que fomos procurar, descobrimos uma norma nova que saiu,

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 11 DE 47

uma resolução, algo que aconteceu. Trabalhamos na quantificação, na caracterização dos resíduos, no mapeamento de todas essas etapas da gestão do resíduo. A equipe fez muitas vistorias técnicas para entender de fato como a situação acontece na ponta em todos os equipamentos, tanto dentro quanto fora da Prefeitura, para entender tudo isso.

Enfim, foi um trabalho bastante grande que fizemos nesse íterim dentro desse processo as oficinas de diagnóstico. Agora, trouxe coisas mais genéricas, então não vou saber informar todos os dados, mas aconteceram as oficinas. Aqui não terei todos os pormenores, mas temos todas as informações.

Então, trabalhamos nas oficinas e, em paralelo, também houve as oficinas dos planos das Subprefeituras, e boa parte das contribuições que vieram dos planos das Subprefeituras foram sobre resíduos sólidos no grupo de saneamento ambiental. Tivemos muita coisa que chegou de diagnóstico desses momentos, de diferença de captura de participação, contribuição, da sociedade.

Paralelamente a isso, já antecipando, amanhã teremos uma audiência pública que vai ser na Subprefeitura de Santana Tucuruvi. Foi o local que achamos mais fácil, perto do metrô e que tinha uma quantidade razoável de lugares para receber as pessoas, além de a gente conseguir fazer também transmissão. Enfim, na Subprefeitura de Santana Tucuruvi, que fica ao lado do metrô Tucuruvi, vai ser amanhã às 19 horas, onde a gente vai apresentar os pormenores que eu não tenho aqui dos detalhes desse diagnóstico. Todos estão convidados e, se puderem também ajudar a divulgar, é importante que bastante gente vá, apesar de já termos bastantes inscritos.

Finalizamos com outra coisa importante: há uma consulta pública também aberta no Participe+, que vai até o dia 15 de dezembro de 2025. Tentamos capilarizar as formas de participação. Essa audiência é o que permite que recebamos o tempo inteiro contribuições, perguntas ou questionamentos dos próprios vereadores, que nos faz ter uma leitura de onde são os pontos sensíveis. Na própria oficina isso acontece, recebemos cartas, então tudo isso garante uma variedade de formas para receber a opinião pública.

Estamos entrando também nesse momento no estudo das soluções para cada um desses problemas identificados. Uma coisa importante: foi falado do contrato, que foi trabalhado. Acho que o Sr. David Tegangno pode dar mais detalhes do que eu, mas já foi construído em cima disso, considerando obviamente o PGIRS vigente e toda a legislação federal também, o Planares, enfim.

Então, do que tiver atualização em relação aos contratos de concessão normalmente têm suas revisões ordinárias, sendo esses os momentos em que essas coisas são equacionadas.

Por fim, chegamos na nossa quarta etapa, no primeiro semestre do ano que vem, que é de fato o Plano de Ação e de Metas, em que teremos uma nova rodada de oficina, de audiência, também, que então são propostas de fato. Teremos esse novo momento para entregar o plano, por volta de abril ou maio, enfim, veremos como que as coisas caminharão até lá. É isso que estamos estruturando em termos de elaboração desse plano.

Enfim, acho que as outras coisas o pessoal pode complementar, que são mais as questões de varrição, a universalização da coleta, que o Sr. David Tegangno pode colocar, além das soluções tecnológicas que foram construídas. Uma coisa importante a falar aqui do tema polêmico: os aterros e as UREs.

Quando vemos todas as discussões acontecendo, toda a opinião vem de modo a fazer parecer que tudo o que a Prefeitura coleta, das 17 mil toneladas por dia, está indo destinadas às UREs. E não é isso. A única coisa que está desenhada é o rejeito, o que não tem mais o que fazer. Então, a ideia em relação a esses restos é a utilização das UREs para, além de gerar energia, ter diminuição de massa, justamente porque os aterros nunca deixarão de existir, isso em qualquer nação, aqui e em qualquer lugar. Sempre vai ter um mínimo do mínimo que vai ser destinado a isso. E nossa ideia obviamente não é isso, porque temos toda a regrinha do próprio Plano Nacional de Resíduos Sólidos e do próprio PGIRS, portanto, os modos que devemos tratar o resíduo.

A gestão de resíduos sólidos só vai se resolver e só vai ser aprimorada na diversidade

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 13 DE 47

do tratamento. Então, é na diversidade do tratamento que vamos buscar, como a compostagem, a contenção do gás do aterro, no caso do rejeito como tratará uma massa tão grande que realmente você precise ficar fazendo vários aterros, afinal, São Paulo não tem mais espaço e não adianta jogar para outros municípios.

Vi uma matéria na semana retrasada, se não me engano, que Santo André ampliou a capacidade agora para dois anos do tratamento de resíduo deles. E não podemos ficar tratando as coisas a curtíssimo prazo. Então acho que está tudo desenhado e, dessa forma, acho que meus colegas podem me complementar e então vamos conversando.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Tamires. Vou passar a palavra conforme combinamos para o Sr. Alessandro Bender.

Só queria lembrar que, se você quiser fazer alguma pergunta, as inscrições estão abertas e as deixarei abertas até o final da fala do Sr. Alessandro Bender para irmos nos organizando, está bem? Obrigada.

O SR. ALESSANDRO BENDER – Primeiramente, bom dia para todos e todas. A nossa participação dentro do PGIRS é muito voltada para a questão climática, mas queria aproveitar esse excelente roteiro que a nobre Vereadora Marina Bragante propôs para fazer algumas considerações a fim de complementar o que a Sra. Tamires Carla de Oliveira já comentou em relação ao tema.

O mapeamento que foi realizado, para entendermos o que realmente está acontecendo na cidade de São Paulo, foi muito intenso e, mesmo assim, ainda temos algumas zonas cinzentas de conhecimento em relação ao descarte. Darei um exemplo a vocês, que estávamos comentando ontem no último SEGIRS, que é esse comitê, que é a questão do descarte têxtil que temos na cidade de São Paulo era uma caixa preta. Não tínhamos ideia do que ocorria. Mesmo com todos os estudos que fizemos junto da ONU-Habitat, todo o mapeamento ainda era uma coisa misteriosa. E foi feito um ecoponto têxtil específico no Brás, que foi inaugurado no mês retrasado, e parece algo muito banal, simples, mas, na hora que fizemos o ecoponto, imediatamente estamos fazendo uma coleta de 32 toneladas de têxtil/dia.

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 14 DE 47

Estou falando da ponta do *iceberg*, não do principal problema.

O que acontece a partir do momento em que a Prefeitura toma a iniciativa de fazer um ecoponto específico como esse? A iniciativa privada vê oportunidade também. Então, é nesse momento que tem vários indivíduos que estão procurando a Prefeitura para ver, porque interessa esse tipo de material nessa condição. Mas, antes disso, esse descarte têxtil era feito na rua, como acontece na região do Bom Retiro, em que moro. O que acontece é que o descarte passa a seguir esse fluxo que a nobre Vereadora Marina Bragante estava falando, chega ao aterro e tem toda a complexidade neste universo.

Então, acho que o mapeamento foi essencial para podermos entender cerca de 80 a 90% desse cenário, que é de transformação.

A única coisa que não mudamos é nossa relação com o descarte, que até poderia ampliar, pois já fiz alguns eventos que houve descarte de territórios, de pessoas, de uma série de outras questões. Descartamos as coisas e acho que até o pessoal da SP Regula pode falar mais sobre isso.

Fizemos inúmeras missões para vários outras cidades e países para podermos entender como é que funcionam. O que percebemos é que não existe um padrão. Acho que nosso desafio é entender como vamos operar dentro desse padrão da nossa sociedade e simultaneamente transformar esse comportamento.

Acho que a grande questão que temos é que, neste exato momento, se a Sra. Tamires Carla de Oliveira quiser falar mais sobre, é que participo também do PMEA, o Plano Municipal de Educação Ambiental, e estamos bastante engajados na questão das mudanças climáticas. Estamos muito sensibilizados em relação à questão da mudança climática. Ou seja, queremos não só debater educação ambiental, mas educação climática, especificamente sobre educação climática urbana. Logo, como é que dentro de uma grande cidade precisamos trabalhar em um dia com o vento como esse, que vemos tudo indo de lá para cá, tensos, para podermos participar deste debate aqui?

Esse é um ponto que está sendo remodelado. Agora, sobre o Plano Municipal de

Educação Ambiental, enquanto Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, estamos contribuindo do ponto de vista de elaborar ações para preparar o cidadão. Existem algumas complexidades na nossa área. Por exemplo, temos dois grupos de trabalho, para vocês verem, temos o PPCV e o PCBU, siglas que explicarei depois para vocês. O PCBU é o Plano de Contingência de Baixas Umidades, ou seja, quando está quente demais. E o PPCV é o Plano Para Chuvas de Verão, ou seja, é quando chove demais ou quando fica seco demais.

Estamos em uma situação em que, enquanto Secretaria, tivemos de remodelar o PPCV, porque começávamos a fazer o plano de chuvas em novembro e terminávamos em fevereiro ou março, então passou a ser em outubro e chegou a abril ou maio. Agora, esse plano virou o PPC, o Plano de Prevenção de Chuvas, porque temos que ficar o tempo inteiro preparado para uma situação. Estamos muito atentos à questão do engajamento do cidadão e ao engajamento das empresas neste debate.

Eu acho que a Sra. Tamires Carla de Oliveira tocou em um ponto: a Prefeitura de São Paulo realmente faz o trabalho dela e precisamos da ajuda do cidadão para que possamos ir para frente e as empresas também.

Estamos com um desafio da logística reversa, por exemplo, que é algo que não temos como fazermos a questão da logística reversa, e nem deve. É responsabilidade das empresas, que precisam ser corresponsabilizadas pelo rejeito que elas que elas geram.

Precisamos dessa participação. Não é que estamos transferindo a responsabilidade, que são das empresas. Elas precisam de alguma maneira se engajar em relação a isso. Mas, ao mesmo tempo, temos o desafio, quando falamos de educação ambiental e educação climática, de chegar na população. Por exemplo, em Copenhague, estávamos com um grupo do pessoal de mudanças climáticas, há cerca de três ou quatro meses atrás. Esse pessoal faz coleta seletiva com oito tipos diferentes de coleta. Acho que, se eu perguntar para as pessoas, não conseguimos nem pensar quais oito tipos que devemos separar.

Então, esses desafios que se apresentam têm que ser debatidos. É por isso que nós, enquanto Prefeitura, acreditamos tremendamente nas audiências públicas e nos momentos em

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 16 DE 47

que podemos conversar com a população para, de alguma maneira, fazer com que se engaje cada vez mais neste processo. Queria apenas complementar, depois podemos falar rapidamente sobre outros temas.

Ontem, tivemos a reunião dos Planos de Baixa Umidade e gostaria também de chamar atenção sobre os quão carentes nós somos de informação da correlação entre impacto na saúde *versus* clima.

Eu participei dos *workshops* que aconteceram e foram bastante interessantes. Também sinto falta de um engajamento maior da população e aí talvez tenha necessidade de comunicarmos mais. Temos que, de alguma maneira, nos relacionarmos melhor. Temos um problema de comunicação, por exemplo, na questão sobre a qual a vereadora comentou e que também o fizemos ontem mesmo durante o comitê: muitas pessoas não sabem que já existe coleta seletiva em toda a cidade de São Paulo. E muita gente acaba não sabendo. O problema é que, obviamente, não vai passar na mesma hora, no mesmo dia, em todas as casas. Há um horário específico, basta procurar essa informação, que está disponível, mas também cabe à Prefeitura também intensificar este tipo de debate. Acho que para começar é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Sr. Alessandro Bender. A Sra. Tamires Carla de Oliveira tem o limite de até 12:15, só para todos saberem que, se ela tiver a necessidade de ir, já estaremos avisados. Parece-me que a lógica da coleta seletiva é a mesma da Amlurb: extingue e depois faz um Grupo de Trabalho para pensar o que faz com o que sobrou, que é um pouco assustador. Seria algo como colocar a coleta seletiva e depois pensar como é que avisamos as pessoas?

Vou passar a palavra então para a Sra. Bárbara Dionisio Chagas.

A SRA. BÁRBARA DIONISIO CHAGAS – Bom dia a todos. A Secretaria Executiva de Limpeza Urbana é parte integrante do comitê, como a Sra. Tamires Carla de Oliveira falou, e eu acho importante ressaltar, nobre Vereadora Marina Bragante, que nossos novos contratos de varrição iniciaram agora no dia 15.

Temos 11 lotes, então a cidade foi redividida e consegui, considerando o diagnóstico

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 18

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 17 DE 47

e todas as metas do PGIRS, também tivemos alterações no nosso contrato.

Buscamos alternativas que pudessem conciliar com as metas, porque o contrato anterior tinha algumas coisas que não tinha como ser praticado e iniciar ou concluir as metas. Então a Secretaria Executiva de Limpeza Urbana, com base nesse diagnóstico, pensou muito nisso. Por exemplo, sobre a igualdade da cidade, lógico que o centro é uma exceção, que funciona diferente, então o plano é diferente, mas, por exemplo, nesse novo contrato temos um mínimo estabelecido de modo que a cidade seja atendida por igual.

Então, por exemplo, o Cata-Bagulho, com exceção do centro, as demais localizações e os demais bairros têm que ser atendidos numa frequência mínima quinzenal. Portanto, o serviço de bueiro, por exemplo, todos os outros bairros, com exceção do centro, devem ter uma frequência mínima trimestral.

E, considerando os diagnósticos, nós também, dentro do contrato, fomos procurando essas alternativas. Há o caso do ecoponto têxtil, que inauguramos no dia 20 de outubro, e acrescentamos isso no contrato por ser algo muito necessário aqui nas regiões do Brás e do Pari. E acrescentamos isso no contrato. Então, eu acho importante levantar que estamos buscando outras alternativas, de acordo com os diagnósticos, com tudo o que a população está precisando e tem colocado. A Secretaria Executiva de Limpeza Urbana, além da Prefeitura, como um todo, tem se comprometido a buscar essas alternativas e a cumprir as metas e os diagnósticos.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Sra. Barbara Dionisio Chagas. Sra. Tamires Carla de Oliveira, você quer explicar a história da Amlurb? Porque falei que foi feito antes e depois do GT? Apenas a título de esclarecimento.

A SRA. BARBARA DIONISIO CHAGAS – Só a título de esclarecimento. A nobre Vereadora Marina Bragante falou que universaliza a coleta e depois avisa as pessoas, algo nesse sentido. Não, na verdade foi feito um trabalho, acho que o Sr. David Tegangno pode apresentar posteriormente. Não sei, todos devem circular de Uber, no rádio fala-se o tempo inteiro do dia da coleta, nos caminhões e em todas as formas possíveis foi avisado e feito simultaneamente. O

próprio Sr. Prefeito, em toda entrega ou afins, tem usado a voz dele para reverberar isso, que as pessoas precisam separar o resíduo.

E pedimos aqui em São Paulo para separar em dois dias por enquanto. Para separar em dois dias já é complexo para as pessoas entenderem. É uma questão de educação. Logo, todo o trabalho que estamos fazendo no âmbito do Plano de Educação Ambiental também está trazendo o resíduo como algo central.

Começamos agora um trabalho com a Secretaria de Educação para retomar tudo o que a Amlurb fazia isso mais próximo das crianças, dos Ensinos Infantil e Fundamental. Retomamos esse trabalho com eles, para, através das crianças, conseguirmos chegar nos adultos.

É um trabalho que, sim, está sendo feito. Não foi feito assim: universaliza e depois se verifica como comunicamos a população. Só que é realmente difícil as pessoas entenderem. Temos uma cultura de muito tempo, de muitos anos, de que o lixo desaparece na nossa calçada.

Está todo mundo acostumado que, se colocar no dia certo ou no dia errado, o lixo não vai estar mais lá, porque vai passar o pessoal da varrição ou algum catador que levará os resíduos. De alguma forma aquilo não vai estar mais lá. Pode passar uma chuva que levará para o córrego, de modo que aquilo vai desaparecer de alguma forma.

Desconstruir isso é uma missão árdua. Acho que não é uma questão só da Prefeitura ter que ficar fazendo campanha, como é a obrigação dela, mas a sociedade tem que colocar isso. Eu tenho que cobrar meu vizinho que o faça. Todos temos que ficar ali, porque o problema, no final do dia, sobrar para todos.

Todos devem estar conscientes e ir fazendo o trabalho paulatinamente. E é assim que pode haver progresso: cada um fazendo o seu papel.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Só para contribuir aqui com o debate, no *site* da Prefeitura, no começo do ano, era muito difícil de entender que dia passava na sua rua. Demorou pelo menos 11 meses, porque foi no meio da COP30 que isso foi divulgado.

Quando discutimos aqui, para mim, há ponto de partida que é muito diferente. A

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 19 DE 47

educação ambiental e a campanha têm que ser prioridade absoluta, ou seja, é muito recurso investido, muita frequência, todos falando e trazendo a população como corresponsável, mas deve assumir o papel de quem está direcionando e fazendo a gestão.

E aí a sensação é de que vai fazendo esporadicamente, não como prioridade. Acho que essa é a angústia aqui. Vou passar a palavra agora para a Sra. Nanci Darcollete e, depois, vou passar para o Sr. David Tegangno, que está virtualmente.

Eu que errei na distribuição de falas aqui. Desculpe, Sr. David Tegangno.

A SRA. Nanci DARCOLLETE – Bom dia. Quero agradecer aqui a nossa nobre Vereadora Marina Bragante pelo convite e por, mais uma vez, abrir essa escuta de qualidade aos catadores e aos representantes da sociedade civil. Quero cumprimentar os nossos nobres vereadores, a todos presentes, mandar um abraço para o nosso secretário. E gostaria de agradecer essas falas que nós tivemos aqui hoje, até aqui. Também quero apresentar a nossa visão sobre tudo isso.

Eu sou a Nanci Darcollete. Sou uma catadora de materiais recicláveis em São Paulo há mais de 30 anos. Sou Diretora-Executiva do Pimp My Carroça, que é uma ONG ativista, que usa como ferramenta a arte para fazer várias denúncias e dar visibilidade, principalmente ao trabalho das catadoras e os catadores de materiais recicláveis, além de levar essa perspectiva, lançar luz em cima desse grande valor que tem o trabalho das catadoras e dos catadores.

Moro na Zona Leste de São Paulo, então, trarei para vocês como chegou tudo isso para nós. Na periferia, a nobre Vereadora Marina Bragante falou aqui do Jardim Pantanal, do pessoal do extremo da Zona Leste, esses que sofrem o racismo ambiental, que é a consequência de todas essas políticas, escolhas e prioridades que nós, enquanto sociedade, temos tomado.

Aqui na cidade, estamos organizados em quatro grandes movimentos, o MNCR, a CONATREC, o MESC e, agora, temos a Rede Transforma também, que considero inovador, lá da REDE SUL. Temos também algumas redes de catadores, vocês conhecem bem, a Rede Catasampa, a Rede Paulistana, a Rede Verde Sustentável e a REDE SUL.

Nós somos 29 cooperativas, segundo a ONU-Habitat, em processo de incubação.

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 20 DE 47

Segundo o CRAS, somos mais de 40 mil catadores, mas sabemos que somos em maior número, pois isso é apenas o número de quem foi cadastrado pelo órgão, afinal, a maioria dos catadores não estão lá cadastrados no CadÚnico como catadores.

Então, o PGIRS de 2014, em que nós, os catadores, participamos enquanto Comitê da Cidade, sempre foi algo muito esperado por nós, porque foi construído juntos, que trazia um número muito importante para nós.

Hoje se falou de 33% só do que não conseguimos concluir do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Isso me causa estranheza, pois lá falávamos de termos uma cooperativa por distrito. O que é isso?

São mais de 90 cooperativas. Nós falávamos também da inclusão desses catadores nessas cooperativas, que sempre foram as formas que nós, catadores, encontramos de nos organizar enquanto categoria: cooperativas e associações.

Não temos equipamentos, cooperativas, onde possamos ofertar esses postos de trabalho para os catadores. Esses 40 mil estão nas ruas, puxando carroça, com carros, com peruas, porque dentro das cooperativas só tem 1 mil catadores hoje. E não tem vaga, não temos lugar para colocar mais catadores nessas cooperativas, porque estão sucateadas. Temos várias cooperativas com muitos problemas.

Certamente, muito foi feito, reconhecemos isso. Dialogamos muito, mas tem um caminho muito extenso. São 29 cooperativas lutando para sobreviver à frente de muitos impostos, pois são supertaxadas à medida que pagam mais de 30% de impostos.

Temos um número elevado também do que nós pagamos de INSS, 20%, o que onera muito o valor que os catadores recebem.

E a nobre Vereadora Marina Bragante falou aqui de algo muito importante, que é a questão da taxa de rejeito, aqueles materiais que não têm reciclabilidade. E a falta da educação ambiental também, que faz com que o material que chega nessas cooperativas seja muito ruim. Temos cooperativas trabalhando com um número de 50% de rejeito.

Isso tudo faz com que não tenhamos lugar digno para esses catadores trabalharem.

Não temos uma escala na questão dos materiais recicláveis. Não conseguimos, claro, essa questão da logística reversa, que poderia estar ajudando muito mais essas cooperativas, porque esse material está sendo coletado, comercializado. E para onde está indo? Quem está se beneficiando da logística reversa?

Ninguém. Porque os catadores estão trabalhando sem uma remuneração digna. Os catadores trabalham só pela venda dos materiais, que é *commodity*. A *commodity*, qualquer que seja o evento que ocorra, abaixa o preço do material. Um navio que atrasa abaixa o valor do material. Dormimos com a latinha 10 reais, acordamos com o preço da latinha a cinco reais. Então, o catador trabalha sem uma remuneração, só pela dação de material, como as cooperativas estão fazendo hoje.

Quero colocar aqui também que esse plano, tão trabalhado no PGIRS, tratava não só da criação de vários postos de trabalho com 96 cooperativas e também as mecanizadas, que para nós foi uma coisa trabalhada. Nós trabalhamos isso internamente para que essas mecanizadas pudessem dar um subsídio para essas cooperativas, e essas conseguissem se organizar, ter melhores maquinário, prensas.

Não é o que vemos hoje. Atualmente, há um sistema que não inclui o catador, de fato, mas privilegia empresas, consórcios. Não privilegia nem a população, enquanto munícipes, não somos privilegiados por esse sistema. Porque, quando nós falamos de ter incinerador na Zona Leste, isso acaba, pois ficamos morrendo de medo. Hoje, nessa localização, muitos problemas são causados pelo aterro sanitário, vários caminhões danificam a rua, o que é a causa das enchentes. Há muitos problemas que são causados pelo traslado de caminhões na cidade.

E não foi isso que os catadores, nesses anos todos que nós estamos aguardando o PGIRS, dialogaram com o Poder Público. Nós dialogávamos no sentido de uma coleta regionalizada, feita com os catadores dentro do bairro.

Para que essa circulação de tantos caminhões pela cidade para enterrar dinheiro? Nós sempre falamos isso para o Poder Público. Vocês estão enterrando dinheiro.

Concordo com a fala da nossa colega aqui, quando nós falamos de ecoparques, em

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 22 DE 47

que haveria reaproveitamento energético só de uma parte. Mas essa parte é muito grande, porque até agora nós estamos com menos de 2% de reciclagem. Tudo aquilo que falamos lá atrás não aconteceu, continuamos com uma taxa de reciclagem muito baixa.

Deixa de gerar dinheiro para os catadores, para a sociedade. Depois dos catadores, temos outros aparistas, temos outros trabalhos formais que impulsionam uma cadeia da reciclagem muito grande no nosso município, pessoas que dependem da reciclagem também. E faz todo esse trabalho inverso de mais poluição, porque quanto mais caminhões na rua, mais enterramos, mais pagamos para enterrar e mais extraímos, ou seja, mais consumimos. Então, vai na contramão da economia circular que tanto esperamos que vire riqueza.

Não só do resíduo seco, que é o que eu trabalho, os catadores trabalham, o resíduo de embalagens, mas também o orgânico, que poderíamos estar fazendo nossa compostagem, poderíamos ter um adubo de qualidade gerando renda para a agricultura familiar, que pode ser riquíssima ao ajudar muito o nosso município em fornecimento de alimento saudável, em bons hábitos, além de levar nossas crianças a bons hábitos de plantio em nossos canteiros.

Nós falamos aqui de uma cidade cinza, de uma cidade que nem vemos. Cadê os nossos canteiros, jardins ou pomares? Isso tudo poderia estar gerando riqueza. E os catadores estão por toda a cidade. Nós estamos em todas as regiões, em todos os cantos têm catador.

Nós temos mais de 50 mil catadores na cidade de São Paulo, que poderiam estar com renda digna, trabalhando junto com a prefeitura de São Paulo, não como marginalizados como estamos trabalhando hoje.

Infelizmente, temos tido um problema seríssimo de zeladoria, porque nós não conseguimos um diálogo. Começamos agora, mas não conseguimos dialogar sobre o uso das carroças, sobre a atividade que os catadores têm na cidade de São Paulo, o trânsito de carroças, o trabalho dos catadores. Nós temos tido uma truculência muito grande da zeladoria, prendendo carroças, destruindo carroças, fechando cooperativas, que é muito triste para nós, porque temos dialogado, e não temos nos negado a estar com a Prefeitura, com os órgãos, todas as vezes que somos convidados. É só sermos convidados que estaremos presentes.

Até a nossa nobre Deputada Marina Helou fala que, todas as vezes, em todas as discussões, estamos presentes, dispostos a estar, tanto eu como todos os catadores da cidade de São Paulo. Temos lideranças aqui, tem os Srs. Dudu Catador e Sr. Telines Basílio do Nascimento Junior, o Carioca, a Sra. Valquíria Cândido da Silva, e outras que dispostas a dialogar e chamar os catadores para esse diálogo também.

Então, isso nos causa muita estranheza. Eu estava lá em Búzios, a convite de uma professora maravilhosa, pela UNICATA, em um seminário, e então encontrei uma pessoa da ONU-Habitat fazendo a apresentação do nosso PGIRS. Fiquei surpresa e falei, “nossa, eu sou de São Paulo e não sei disso”.

Então, temos tentado dialogar com a Prefeitura, de tudo que a Prefeitura tem, porque às vezes parece que não estamos na mesma cidade. Parece que vemos a cidade de um jeito, os nossos governantes veem de outro jeito, porque temos mais de 100 ecopontos, em torno de 126 ecopontos na cidade. Precisamente, 130 ecopontos, que poderiam estar sendo muito melhor utilizados se estivessem servindo como pontos para os catadores.

Nós teríamos esses catadores regulamentados, a Prefeitura saberia onde esses catadores estão, quantos materiais esses catadores estão transitando e a sociedade junto com esses ecopontos. Temos falado também para a Prefeitura sobre essa questão dos canteiros. Precisamos de plantas para levarmos o orgânico.

Quanto ao diálogo, outra estranheza que tenho é quando a Prefeitura fala que está nos ouvindo, enquanto sociedade. Pode até ouvir quando vamos às audiências e nos inscrevemos, porque somos insistentes.

Nós insistimos em existir. Combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer. Então, nós continuamos participando e insistindo que nós temos, na cidade de São Paulo, condições de estar à frente de qualquer outra cidade do mundo. Acho que foi bem falado aqui que nós temos uma peculiaridade. Cada lugar tem uma diferença. Claro, nós vemos nos outros lugares: tecnologia de incineração, tecnologia de reciclagem, de alta taxa de reciclagem, mas São Paulo tem condições de fazer melhor, de um jeito único e dar exemplo, mas precisa

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 24 DE 47

incluir, ser para todos. Essa história de nós só pensarmos em concessão, em grandes tecnologias e soluções, tem nos colocado entraves. Por quê? Porque a solução sempre foi discutida juntos.

E nós falamos, no PGIRS, sobre várias coisas que seriam soluções discutidas em toda a cidade e para cada canto da cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Nanci, mais um minuto.

A SRA. Nanci DARCOLLETE – Porque, além de termos particularidades em São Paulo, cada região também as tem. O centro, a Zona Leste e a Zona Sul têm esse diferencial, e a população e os catadores daqui conhecem bem a cidade.

Nós estamos abertos a dialogar, nobre Vereadora Marina Bragante. Pimp My Carroça é um movimento que tem dialogado, participamos da COP30, vamos participar da Expo Catadores, temos ajudado nessa questão do diálogo, e nós estamos aqui para contribuir, tanto com os números das pesquisas que temos quanto no diálogo, que é uma tecnologia muito boa para construir pontes. E que nós possamos abrir portas e construir pontes. Mas é um fato: os catadores da cidade de São Paulo estão sofrendo bastante.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Nanci. Antes de passar a palavra para o nobre Vereador Nabil Bonduki, que pediu aqui para falar, queria só fazer uma intervenção, que me comprometi com a Sra. Tamires Carla de Oliveira a falar, porque ela tinha que sair. Ela pediu para explicar que são 29 cooperativas que estão inseridas diretamente na gestão de resíduos da cidade, mas que reconhece há muito mais também, só para deixar registrado. Nobre Vereador Nabil Bonduki, passarei a palavra à V.Exa., e, na sequência, para o Sr. David Tegangno.

O SR. NABIL BONDUKI – Primeiramente, bom dia para todas e todos. Meus cumprimentos à nobre Vereadora Marina Bragante, que fez essa proposta aqui na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. É superimportante cumprimentar a Sra. Tamires Carla de Oliveira e todos os representantes da Prefeitura e a Sra. Nanci Darcollete, do Pimp my Carroça. Serei bem rápido, porque teria muito o que falar, mas temos pouco tempo e queremos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 26

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 25 DE 47

ouvir as outras pessoas que estão aqui.

Eu queria falar três coisas. Primeiro, nós andamos, andamos, andamos, e estamos sempre no mesmo lugar. Então, acho que essa é uma questão absolutamente fundamental. Nós falamos de inúmeros planos, mas, no momento crucial, pouquíssima coisa tem mudado na cidade em relação a isso.

Eu, entre 2011 e 2012, como Secretário de Ambiente Urbano, no Ministério do Meio Ambiente, cuidei dessa pauta, em nível nacional, para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em 2013, o Sr. Prefeito Fernando Haddad ganhou a eleição. Uma das primeiras iniciativas legislativas minhas aqui foi o Projeto de Lei nº 5.891, de 2013. Neste ano, que já faz 12 anos e meio, nobre Vereadora Marina Bragante, ocorre exatamente o que a Sra. Nanci Darcollete falou aqui: a inclusão das cooperativas e das associações de catadores do serviço de limpeza da cidade de São Paulo. É algo absolutamente óbvio. Se eles catam não sei quantas toneladas de resíduos, devem ser remunerados pela quantidade de resíduos que cataram, independentemente do valor de venda desse resíduo, porque as empresas de coleta são remuneradas para fazer a coleta e os catadores não.

Esse Projeto de Lei está aqui, temos que aprová-lo. Quando o Sr. Prefeito Fernando Haddad assumiu a Prefeitura, a Amlurb foi dirigida pelo Sr. Silvano Silvério, que tinha sido o Diretor de Resíduos Sólidos lá do Secretaria de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, um dos maiores especialistas sobre isso e que participou da aprovação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos.

Foram criadas as duas centrais de triagem mecanizadas, e propostos e abertos, naquele período, cinco pátios de compostagem, além do programa das composteiras nas casas das pessoas, com a distribuição gratuita dessas. Nós estamos falando disso de algo entre 10 e 12 anos atrás.

Hoje, grande parte dessas iniciativas foi implementada, muitas delas poderiam funcionar melhor, mas nós vemos, depois de cerca de 12 anos, que continuamos com cerca de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 27

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 26 DE 47

2% de reciclagem. Não há utilidade em fazer planos de educação ambiental. Quero saber que porcentagem dos recursos que a Prefeitura gasta com propaganda, na televisão, no jornal ou na rádio, está indo para falar sobre esse tema, que não vai ser eu falando com o meu vizinho, sem banalizar isso. Mas, se não fizermos uma campanha em massa de informação, de divulgação, se não patrocinarmos entidades para fazer em todos os parques do município, em todas as áreas, para as pessoas saberem, não adianta em nada ter coleta seletiva e colocarem qualquer coisa na coleta seletiva, como embalagem suja ou que não é reciclável.

Todos sabem que, se formos para qualquer país que faz reciclagem, teremos cinco ou mais separações, além de materiais óbvios, como papel, metal, resíduos de poda, vidro, etc. São os materiais, obviamente, que dali vão para o processo de reciclagem. Nós não conseguimos fazer nem dois. Às vezes fazem em três, raramente em quatro ou cinco, mas são coisas que todos sabem há décadas que têm que ser feitas.

Então, a nossa dificuldade é geral e me traz um pouco de indignação. Claro que essa gestão, que está há muitos anos, tem responsabilidade sobre isso, evidentemente, mas é a nível nacional também. Acho que precisaríamos ter uma questão de choque, porque, senão, nobre Vereadora Marina Bragante, ficaremos contra a parede. O Sr. Prefeito outro dia me encontrou e falou assim: “você não podem ser contra o aterro, o incinerador, porque a cidade produz 15 mil toneladas por dia e nós temos que pôr em algum lugar, certo?” E o que faríamos com 15 mil toneladas por dia?

Agora, se não tomarmos essas providências com a urgência necessária, nós vamos ter 15 mil, depois vai virar 18 mil, e temos o outro lado da questão, que é a indústria que continua gerando uma quantidade absurda de embalagem, mas não temos ações para reduzir isso.

Então, esse problema vai ficar cada vez mais grave. Daqui a pouco, nós vamos ter que curvar a questão de que vai ter que ter incinerador, que terá que ampliar os aterros, continuará a ter caminhão andando pela cidade o tempo todo, se não atuarmos na origem, que é na produção, na comercialização e no consumo, dentro dessa cadeia de desigualdade.

Há inúmeros órgãos. Então esses eram extintos, o que podia não funcionar muito

bem, para depois criar um grupo de trabalho com várias Secretarias para discutir e decidir. Havia um órgão que fazia essa interface, que deveria estar na Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, que era uma autarquia que cuidava desse tema. Na sequência, extinguiu-se o órgão e agora há um Grupo de Trabalho com um monte de Secretaria para tentar cuidar do tema. Parece que estamos caminhando para trás em relação a uma questão central, que todos estão produzindo resíduo o dia inteiro, o tempo todo e, para algum lugar, esse resíduo acaba tendo que ir, mas não tem ido para a economia circular, que seria, pelo menos, 80%.

Devia aparecer no gráfico que 10%, 15% ou 20% é rejeito; o resto é compostável ou reciclável. Nós temos que diminuir a quantidade total gerada a partir de políticas públicas. Algumas não são do município, pois envolvem a regulação de atividade econômica e restrições de outros níveis de governo, mas os três níveis precisariam tomar providência.

Agora, há muita coisa que a Prefeitura pode fazer, além da questão de educação ambiental: campanha pública de publicidade. Em vez de ficar divulgando obra que o Sr. Prefeito já fez, divulga o que tem que ser feito para que possamos fazer reciclagem, porque milhões são gastos nisso. Vamos até confirmar depois no orçamento quanto está destinado a isso, não estou com esse número de cor agora. E vamos aprovar o Projeto de Lei nº 591, de 2013, que é uma tarefa nossa aqui na Câmara Municipal, para incluir os catadores no serviço de limpeza, a fim de que possam ser remunerados e se organize um sistema baseado na descentralização.

Discordo um pouco da ideia de que a cooperativa não pode ser apenas uma alternativa, dessa ideia que o objetivo principal é gerar trabalho para os catadores. A cooperativa é uma estratégia para lidar com a questão de resíduos. Qualquer outro serviço de limpeza tradicional também gera emprego, como os garis correndo atrás do caminhão o dia inteiro, mas nós também sabemos que quando o emprego está em alta, reduz a quantidade de catadores, porque para muitas pessoas essa é a última alternativa de trabalho por ser mal remunerado.

Então, nós temos que ter uma estratégia que pense o todo e trabalhe com a descentralização, algo "alternativo" ao tradicional, que é passar o caminhão, recolher o resíduo e levar para um aterro via transbordo. Isso continua sendo assim pelos fortes interesses

econômicos vinculados às empresas que fazem esse serviço de maneira centralizada. Mas é isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, nobre Vereador Nabil Bonduki. Antes de passar para o Sr. David Tegangno, vou só dizer que nós também achamos importante fazer campanha todos os dias. Cada um de nós pode se responsabilizar melhor pelos próprios resíduos e, por isso, entramos em contato com a Logística Ambiental de São Paulo, LOGA, que nos doou 16 composteiras para distribuímos aos presentes interessados. Fica aí um exemplo para os eventos da Prefeitura trazerem essa possibilidade à tona. Vou passar, então, a palavra para o Sr. David Tegangno, da SP Regula, e, se pudesse trazer dados na sua fala seria muito importante, porque a ideia é entender do que estamos falando a partir de dados e não só do nosso *feeling*. Obrigada.

O SR. DAVID TEGANGNO – Imagina, eu que agradeço. Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. A SP Regula é parte integrante do comitê, do CEGIRS, e, como anteriormente falado, nós estamos elaborando o novo PGIRS. O contrato de concessão está em consonância com o Planares, o Planclima e o antigo SEGIRS, para que nós pudéssemos elaborar o contrato da forma que foi feita. Foram discutidos vários temas, então vou falar de forma geral, mas, se precisar, estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Queremos escutá-lo, pode detalhar bastante.

O SR. DAVID TEGANGNO – O principal é fazer com que os resíduos sejam desviados do aterro. Essa é a intenção, como rege a política nacional, então precisamos de tecnologias disponíveis para a isso. No novo contrato, temos previsto esse novo formato: desvio do aterro e valorização dos resíduos para que isso aconteça. Em linhas gerais, o caminhão verde da coleta seletiva não vai para o Eco Park, mas para as centrais mecanizadas. É um serviço que atende 100% da cidade, mas as concessionárias e a Prefeitura disponibilizam os caminhões o serviço para a população, e contamos para que a população faça a parte dela ao disponibilizar o resíduo. Mesmo assim, há interferência de catadores que antecipam a nossa coleta, mas isso

é outro assunto, inclusive sobre valores.

Esses resíduos recicláveis vão para as 29 cooperativas e o excedente segue para as centrais mecanizadas, como a que visitamos, a Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria De Jesus, a Central Mecanizada da Eco Urbis e a da Ponte Pequena. Antes disso, são distribuídas nas 29 cooperativas, não entrando no Eco Park, que não tratará esse tipo de resíduos, mas apenas os indiferenciados. Essas 12 mil toneladas de resíduos domiciliares diários serão tratadas com tecnologia mecânico-biológica, biossecagem e CBR. E, no final da linha de produção, o que não for possível valorizar, aí sim há a previsão de uma unidade de recuperação de energia, que permitirá a valorização do resíduo.

O contrato prevê investimentos em educação ambiental e conscientização ambiental, que tem essas possibilidades, enquanto marcos contratuais para um controle mais transparente nesses próximos 20 anos. Será necessário fazer reequilíbrios ordinários e extraordinários para poder fazer algum ajuste. Há previsão, se houver necessidade desses reajustes, no contrato.

Basicamente, em caráter geral, falando do Eco Park e das tecnologias, isso que levamos ao comitê de gestão do PGIRS justamente para compormos aquela mesa e verificar se está em consonância com o que a política exige. Sobre os catadores, na época da pandemia, o que seguiu o sistema foram as centrais mecanizadas, permitindo que os trabalhadores ficassem em casa. Mas isso está agora com a SMDES, não sei se o Sr. Celso Jorge Caldeira falará algo específico acerca da gestão das cooperativas. Da nossa parte, a SP Regula faz a gestão dos contratos de concessão, coleta e transporte.

Da gestão das cooperativas e tudo mais, a nossa parte lá da SP Regula é na parte da gestão dos contratos de concessão, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares, recicláveis, da diferenciada, e os resíduos de saúde. Então, não sei das perguntas que podem ter para números. Se precisarem, estaremos aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Eu queria pedir, Sr. David Tegangno, se teria um pouco do cronograma para a implantação do Ecoparque, porque, se a URE é o último passo, como estão organizados os primeiros passos, tanto a parte da compostagem, do

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 30 DE 47

biometano, que há no projeto? Como vocês estão acompanhando, tanto a Loga quanto a Ecourbis, a implantação disso, porque entendo que o incinerador é o último, então não precisa ser implantado antes de tudo, certo?

O SR. DAVID TEGANGNO – Sem dúvida, há outras tecnologias primeiro, o TMB, o Tratamento Mecânico-Biológico, vai fazer essa triagem, e são por licenças também. Estamos licenciando as fases e há os prazos, como falei a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Você tem isso no cronograma para nós entendermos o processo de implantação de mês até, por exemplo, março, quando nós teremos o primeiro passo?

O SR. DAVID TEGANGNO – Tem uma planilha com os principais marcos contratuais. Posso enviar para vocês também, se acharem por bem.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Nós registraremos o pedido, mas podem ir preparando, porque pediremos.

O SR. DAVID TEGANGNO – Em 2029, entrarão a unidade de tratamento, os Ecoparques Sul e Leste. Colocar por itens fica mais fácil de ver, então podemos deixar isso no documento e lhes enviaremos.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – A minha pergunta é dentro da unidade, porque ela contém vários processos, como dito há pouco. Então, tem a parte da reciclagem, da compostagem, do biometano, do aterro e a da URE. Gostaria de entender esse cronograma de implantação.

O SR. DAVID TEGANGNO – Nós lhe encaminharemos também. Há também os transbordos. Sobre a unidade de transbordo acabei falando um pouco. Fiquei pensando no que foi dito e quero pegar todos os assuntos, o que torna ainda mais complicado. No entanto, há as unidades de transbordos, que estão tendo também o *retrofit* da Ponte Pequena, da central mecanizada de Santo Amaro e farão um novo transbordo na Zona Norte. Há todo um cronograma para podermos fazer isso, para atender e fazer essa transferência dos resíduos pela cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Quando nós pensamos na audiência,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 32

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 31 DE 47

era justamente poder ter essa apresentação com uma apresentação mesmo, com dados, porque acho que facilita. Eu já venho conversando com vocês, mas quando há dados e uma apresentação de cronograma facilita, para que possamos ir entendendo a complexidade do processo, porque acho que eu e o nobre Vereador Nabil Bonduki reconhecemos o quão complexo é fazer a gestão de resíduos.

Bom, temos aqui sete pessoas inscritas. Farei *on-line* e presencial, de modo alternado, para que possamos escutar a todos. Eu só não sei se eu falei que foi a Loga quem forneceu as composteiras, então só gostaria de agradecer à Loga caso já não tenha feito isso.

Vou começar passando a palavra para a Sra. Rosangela Sousa, então gostaria de pedir para que fique atenta ao cronômetro que está na sua tela, para que nós possamos garantir que todos tenham tempo de fala. Aliás, a Sra. Rosangela Sousa não está presente, então passarei a palavra para o Sr. Ildeni Antônio Gomes Júnior, da Frente Popular Contra a Ampliação do Aterro São Mateus. Está presente?

Passo a palavra para o Sr. Ildeni Antônio Gomes Júnior. Peço apenas que fique atento ao cronômetro.

O SR. ILDENI ANTÔNIO GOMES JÚNIOR – Bom dia, nobre Vereadora Marina Bragante. Parabenizo-a pela mediação, também ao nobre Vereador Nabil Bonduki. À Sra. Nanci Darcollete, uma das verdadeiras lutadoras da reciclagem de São Paulo, ao contrário do que vemos da Ecourbis e da Loga, porque, quando vemos nas ruas, os caminhões só estão com resíduos comuns, não estão com os resíduos voltados à reciclagem, ou seja, o trabalho de reciclagem a Prefeitura não ocorre.

É um desafio gigantesco denunciarmos toda vez isso, e esses grupos não dão ouvidos a essas pessoas. Eu respondo à V.Exa. a pergunta que a nobre Vereadora Marina Bragante perguntou à chefe de gabinete da SMVA sobre a questão da educação ambiental. Está no plano de ação. São 290 mil vagas para a cidade toda para educação ambiental, ou seja, em uma cidade com mais de 12 milhões de pessoas, só querem 259 mil pessoas sabendo disso, o restante não se aplica dentro das escolas infantis, nas escolas fundamentais, no Ensino Médio

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 32 DE 47

e no EJA. Isso elas não querem que essas pessoas tenham conhecimento, o que é muito grave, porque a educação ambiental tem que ser geral.

Também a questão de 63 mil árvores em São Mateus. Até agora, a Prefeitura, junto com a Ecourbis, ainda não mostrou um plano para termos essa compensação, sendo que essa, que foi a cabeceira do Aricanduva, vai perder 30% da sua capacidade ao fazer isso. Olhe a gravidade de toda essa situação.

Falando sobre a Audiência Pública, que aconteceu no último dia 2 de dezembro de 2025, da CETESB, localizamos onde será o terceiro Ecoparque: na divisa entre Santo Amaro e Marsilac. Olha a gravidade de tantas UREs, sendo que eles não têm toda essa filtragem toda, não são transparentes. Essas fases que eles falam tanto, infelizmente, não estão disponíveis para a população.

Nós procuramos aqui no *site* da Prefeitura o CADES São Mateus, ou alguma coisa da Subprefeitura São Mateus, mas há um vazio, um breu. É totalmente sem acesso à informação. As últimas reuniões dos CADES parecem não existir no sistema. Isso é muito grave. E eu não falo só do CADES, mas a Subprefeitura esconde esses dados. Então, vemos uma propaganda do bairro legal, que, na verdade, é bairro ilegal, que está plantando árvore, mas não está filtrando o necessário, o que é o plantio de árvore ou não. Nobre Vereadora Marina Bragante, por favor, avise sobre o tempo, porque não estou olhando aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – É agora. Eu já ia avisar que deu três minutos. Obrigada, Sr. Ildeni Antônio Gomes Júnior.

Vou passar a palavra agora para quem está presencial, para o Sr. Lucca Vinter Barbosa, assessor da vereadora Janaína Paschoal e presença constante nas audiências públicas.

O SR. LUCCA VINTER BARBOSA – Bom dia a todos. Bom dia às autoridades e aos demais presentes aqui na audiência. Meu nome é Lucca, sou assessor da nobre vereadora Janaína Paschoal. Sou engenheiro ambiental e vim fazer alguns comentários, não especificamente com relação ao PGIRS, mas com relação a alguns pontos que temos notado na

cidade e acho que são relevantes para serem discutidos.

O primeiro é com relação aos horários da coleta seletiva. O Sr. Alessandro Bender comentou sobre um ponto importante atingido pela Prefeitura, que foi a universalização da coleta seletiva na cidade. Mas, pesquisando nos *sítes* da prefeitura, das próprias concessionárias, chegamos a uma conclusão de que existem muitos pontos da cidade em que não se sabe que horário, de fato, a coleta será feita. Então, sabe-se talvez o dia, mas não se sabe o horário. Então, por exemplo, no dia de ontem, se o munícipe colocou na parte da manhã o resíduo ao lado da sua residência, talvez a hora que o caminhão da coleta passou, se tivesse passado à noite, o resíduo não estaria mais lá, por conta da chuva. E isso acaba acarretando, por exemplo, o bloqueio de muitas bocas de lobo.

Então, acho que é um ponto que precisa ser melhorado por parte das concessionárias, especificar mais essa questão do horário da coleta. A nobre Vereadora Marina Bragante tem um Projeto de Lei, que está em andamento na casa, para atualizar a questão das multas. Hoje, muitas multas são do ano de 2002, com relação à questão dos resíduos e às infrações, nós temos este PL que está em andamento na Casa.

O segundo ponto que queria levantar é com relação à compostagem e sobre esse desafio na opinião da Sra. Barbara Dionisio Chagas e para o Sr. David Tegangno: como as Secretarias têm enxergado essa questão e quais são as limitações do porquê de existir uma dificuldade de crescer e de conseguir reaproveitar mais?

Eu levantei o que está disponível no Participe+, no Capítulo 10, Quadro 43 do PlanClima, é afirmado que, até 2030, o objetivo é ampliar a capacidade dos pátios de compostagem para até 100 mil toneladas por ano. Fiz uma conta aproximada, e essas 100 mil toneladas dariam em torno de 4% do total de resíduos orgânicos produzidos na cidade anualmente.

Então, eu queria perguntar para vocês: qual é a dificuldade? Qual é o desafio? Sabemos que existe essa limitação de espaço e que, muitas vezes, isso é um problema, mas, na minha visão, entendo que é insuficiente. Vamos dizer assim: parece pouco para que, daqui a

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 34 DE 47

cinco anos, nós atinjam só 4% do potencial que a cidade tem com relação à compostagem. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Lucca. Adorei que você fez essa proporção, porque qualquer número que se fale de São Paulo as pessoas dizem: “Uau, 100 mil toneladas é muita coisa”. Mas estamos falando de São Paulo, então é irrisório quando se analisa a proporção do que a cidade produz e como ela faz a gestão.

Vou passar a palavra para o Sr. Levi Torres, da ABRECON, que está virtualmente. Lembrando que são três minutos. Enquanto o Sr. Levi Torres se conecta, reforço aos presentes que, se não conseguirmos as respostas por parte do Poder Público hoje, iremos encaminhá-las através da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e cobraremos os retornos para que eles possam responder. Assim que chegarem, nós os encaminhamos a todos. Houve o registro da presença por todos? O Sr. Levi Torres não está? Saiu da sessão virtual.

Então, vou passar agora a palavra para o Sr. Carlos Henrique Andrade de Oliveira, que é assessor da nobre Deputada Estadual Marina Helou.

O SR. CARLOS HENRIQUE ANDRADE DE OLIVEIRA – Boa tarde, nobre Vereadora Marina Bragante. Boa tarde, Nanci Darcollete. Boa tarde aos representantes da Prefeitura. Eu sou o Carlos, estou como assessor da nobre Deputada Marina Helou na pauta socioambiental. Tudo o que falarei tem um fundamento e uma base bastante contextualizada e sólida. Não só porque sempre trabalhei com política pública, mas também porque fui coordenador de um programa de coleta seletiva em Diadema, na Grande São Paulo. Talvez a maioria aqui não saiba, mas Diadema foi a primeira cidade do país a estabelecer uma relação formal com os catadores de materiais recicláveis, que eram quem, de fato, fazia a coleta seletiva da cidade.

Além disso, também fiz parte da equipe técnica que elaborou o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, de 2013 e 2014, da cidade de São Paulo, e por isso gostaria de contribuir nesta audiência pública.

Primeiro, destaco uma coisa que a Sra. Nanci Darcollete já colocou: o Plano de

Gestão de Resíduos Sólidos de São Paulo, de 2013 e 2014, foi construído de forma participativa. Aproveitou-se que o governo federal, à época, realizava a Conferência Nacional do Meio Ambiente, cuja temática era resíduos sólidos, e o município de São Paulo achou por bem trabalhar a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos dentro dessa estratégia. Foram feitas diversas audiências públicas e reuniões nas 32 Subprefeituras, garantindo a participação da população. Essa discussão foi antecipada com base em dados e informações coletadas como diagnóstico do Plano.

Então, nobre Vereadora, sou obrigado a lamentar bastante a participação dos representantes da Prefeitura de São Paulo, que não trouxeram dados e informações, como a V.Exa. solicitou. Dados e informações são abundantes no município de São Paulo, principalmente em relação à própria prestação de serviço, sendo dados obrigatórios que as concessionárias devem fornecer ao município concedente. Lamento bastante, porque um plano só se faz efetivo baseado em um diagnóstico real.

Naquela época, em 2013 e 2014, os dados foram fundamentais para entender a realidade de São Paulo. O diagnóstico trouxe a diferença do perfil de consumo em todas as regiões da cidade, de Alto de Pinheiros até a Cidade Tiradentes. Isso é fundamental para que tenhamos metas, estratégias e diretrizes. Esses dados também mostraram o alto nível de informalidade do setor da reciclagem.

Não é verdade que o município de São Paulo só recicle 2% ou 3%. A cidade desvia do aterro muito mais do que isso, mas o maior percentual é fruto de quem está puxando carroça na rua. São os autônomos, aqueles que não estão organizados em cooperativas ou associações. Isso, o PGIRS trouxe esse alto nível de informalidade não só dos catadores, como também dos estabelecimentos que trabalham com sucata, os “sucateiros” e “ferros-velhos”.

Estou trazendo isso para exemplificar a falta de dados atuais.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Peço que encaminhe para a conclusão da fala.

O SR. CARLOS HENRIQUE ANDRADE DE OLIVEIRA – Como disse, as diretrizes

foram aprovadas na conferência municipal, mas lamento a falta de processos de educação ambiental e comunicação social. Não há orientação à população. E isso é relevante, nobre Vereadora Marina Bragante, também é importante, e não sei o quão o é em relação ao contrato da atualidade. O contrato anterior trazia a obrigação de que fosse investido 0,5% do valor pelas concessionárias em educação ambiental e comunicação social. Se pensarmos em 20 anos, não vemos esse investimento na rua, de modo que é óbvio que a cidade vai reciclar muito pouco se a população não participa da coleta. Teria muito mais a falar, mas farei isso por escrito depois, apresentando as diversas possibilidades que a cidade tem de mudar o cenário da gestão de resíduos.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Sr. Carlos Henrique Andrade de Oliveira.

Acho que teve um dado, que 33% ou 33 das metas não foram iniciadas ou não foram feitas no PGIRS. É um dado bastante relevante para podermos pensar a próxima. Perfeito, teria caso tivesse sido feito.

Passarei a palavra para a Sra. Ester Ribeiro, que está no âmbito presencial. Peço que se atente ao tempo que está nas telas.

A SRA. ESTER RIBEIRO – Boa tarde, pessoal. Sou Ester, engenheira ambiental especialista em gestão de resíduos. Presto consultoria tanto para os geradores quanto aos operadores de resíduos. Como primeiro ponto, queria entender se neste novo plano serão abordadas as legislações que atrapalham. Tenho a impressão de que tanto leis quanto decretos, até a Amlurb, parecem-me que foram feitas apenas pensando na coleta de rejeitos, em grandes empresas e temos um sistema bem engessado para fazer cadastros e emitir Controle de Transporte de Resíduos, os CTRs, determinados veículos e suas idades. A Sra. Nanci Darcollete com certeza sabe das dificuldades que as pequenas empresas e cooperativas têm para ter iniciativas.

Quando à logística reversa, o caminhão que está indo com produtos não poderá retornar com resíduos por haver uma limitação da legislação. Queria entender até que ponto isso

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 37 DE 47

será pensado, porque tenho inúmeros clientes que querem fazer o melhor para o meio ambiente, e estão irregulares.

Uma pergunta a título de curiosidade: por que os caminhões da coleta seletiva não fazem igual ao carro da pamonha? “Coleta seletiva está passando por aqui”. Não seria efetivo? É uma curiosidade minha.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Sra. Ester Ribeiro. Eu tenho um dado aqui e tenho medo de liberá-lo. Estou registrando que não tenho certeza. Temos na Câmara dos Vereadores de São Paulo um mandato que efetivamente quer dialogar com todos os lados e fazemos esse esforço. Então, houve um dia em que gravei um programa na Rede Câmara SP com representante de moradores de Perus, falando contrariamente ao incinerador e saímos da emissora e fomos nos sentar na Loga para entender o que estão pensando, como estão projetando a implantação do contrato. Se não me engano, uma parte relevante para mim e, como ficou claro, para muito mais gente, é o investimento em educação ambiental, isto é, comunicação, porque a população precisa saber. Se não me engano, eles tinham um valor de 600 mil reais por mês para fazer toda a comunicação da área da cidade de São Paulo que eles são responsáveis. Ou seja, quando falei há um tempo que a minha sensação é que partimos de lugares muito diferentes com relação ao que é prioritário, a destinação dos recursos que estou me referindo também.

A próxima pessoa inscrita é a Sra. Rayssa Cortez, assessora do nobre Vereador Nabil Bonduki. Peço e relembro que, se possível, siga o cronômetro. Obrigada.

A SRA. RAYSSA CORTEZ – Na verdade, muito do que quero falar já foi dito, claramente por estar nesta militância junto com os companheiros, a Sra. Nanci Darcollete, o Sr. Carlos Henrique Andrade de Oliveira e tantos outros importantes aqui.

Quero apenas ressaltar algumas questões que, como o nobre Vereador Nabil Bonduki colocou, temos este PL nº 591/2013, que visa ampliar e melhorar a inclusão dos trabalhadores do sistema de catação no sistema de limpeza urbana e resíduos sólidos da cidade.

Queremos muito fazer essa aproximação com o Poder Executivo, então, para além

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 39

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 38 DE 47

de fazermos as contribuições para a revisão, precisamos ter uma jornada de debates para que o PL, prioridade dos movimentos, possa ser aprovado pelo Sr. Prefeito Ricardo Nunes e possa avançar essa perspectiva na cidade, além de trazer coerência, pois estamos querendo falar enquanto debate e plano. E, como o próprio nobre Vereador Nabil Bonduki colocou, precisamos ter ações.

Acho que, no âmbito das ações, o Sr. Carlos Henrique Andrade de Oliveira defendeu muito brilhantemente todo o processo de elaboração do PGIRS e vimos que, depois da mudança de gestão, de 2017 para cá, a gestão de resíduos sólidos na cidade é muito aquém do necessário.

Não tivemos dados hoje na audiência pública, e não é possível debater sem dados. Não é que não tivemos, talvez eles não existam. De fato, precisam ser alcançados e demonstrados.

Uma das coisas que, antes de fazer qualquer planejamento precisamos ter muito apurado, é o diagnóstico das informações, o Sr. Alex sabe disso, temos trabalhado essa discussão para o PlanClima SP, e falta pensar o futuro da emergência climática e como os resíduos se colocam neste debate à luz da produção de dados, inclusive para pensar clima.

Então, as outras Secretarias precisam estar juntas, agradeço aos presentes. Temos um sistema importante de zeladoria nas Subprefeituras que pode ter alguma comunicação com as informações sobre geração de resíduos, mas não há ninguém da Subprefeitura presente. Acho que seria importante, ser escutado, pois faz parte da gestão da cidade.

Um exemplo que surgiu foi que na Subprefeitura da Vila Mariana, especificamente na área de Mirandópolis, o sistema de coleta porta a porta está sendo mudado, e alguns dos obstáculos que as donas de casa têm enfrentado para colocar essas sacolas de lixo é que os containers que estão sendo colocados são mais altos do que elas. São muitas senhoras, todas da altura da nobre Vereadora, que não tem força para levantar a tampa e não conseguem fazer a alavancagem.

Não há possibilidade de monitoramento de onde é necessário fazer porta a porta, já

que diminuirá o serviço, de modo que não seja cortado por completo? Se essas senhoras já estão enfrentando dificuldades, imagine pessoas com deficiência que sequer podem fazer esse levantamento?

É preciso pensar quando mudaremos um sistema de coleta e para quem está sendo feito.

A incineração é um absurdo quando temos uma perspectiva de geração de renda com resíduos. São Paulo está muito abaixo da lógica mundial de faseamento e separamento de resíduo. Conforme o nobre Vereador Nabil Bonduki afirmou: mal há duas ou três fases de separação de resíduos. Precisamos avançar nisso.

Para encerrar, não será com perseguição aos catadores, que são trabalhadores que fazem e podem fazer parte de um sistema de conscientização ambiental. É para isso que precisamos avançar em como incluímos esses trabalhadores na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Sra. Rayssa Cortez. O Sr. Levi Torres voltou, é o último inscrito. Escutaremos ele e, posteriormente, encerraremos. Tenho alguns pedidos para os representantes da Prefeitura. Podemos escutar o Sr. Levi Torres?

O SR. LEVI TORRES – Sim, todos me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Apenas pedirei para voltar o cronômetro para o senhor poder se guiar. O senhor tem três minutos.

O SR. LEVI TORRES – Perfeito, serei bem rápido. O PGIRS foi bem omissivo no diagnóstico sobre resíduos da construção civil, popularmente conhecidos por “entulho”, que vemos nas caçambas.

No PGIRS de 2014, a Prefeitura colocou a geração de 6,7 milhões de toneladas de resíduo da construção por ano. E o PGIRS não conseguiu fazer um diagnóstico concreto e objetivo dos resíduos na cidade de São Paulo e sua conexão com os lixões na região metropolitana. Também não fez um diagnóstico do Decreto nº 48.075/2006, que obriga a Prefeitura a usar o agregado reciclado, que é produto oriundo da reciclagem de resíduos da construção e demolição. Além disso, o texto apresenta grosserias em relação à classificação dos

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 40 DE 47

resíduos da construção. De acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002, o entulho é classificado em A, B, C e D. Colocaram o resíduo classe A como se fosse classe C, sem informação objetiva baseada nessa resolução.

Não há geração *per capita* e quem está fazendo o PGIRS está colocando apenas a geração de resíduos dos ecopontos, desconsiderando as pessoas que não usam os ecopontos e o sistema de transporte de resíduos, que é o verdadeiro agente ambiental, o “caçambeiro”. Então, há falhas muito graves no PGIRS, especialmente na questão dos resíduos da construção, que é o mais gerado. Inclusive, geramos mais entulho do que RSU, Resíduo Sólido Urbano, ou lixo.

Esta é minha contribuição para o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Muito obrigada, Sr. Levi Torres. Antes de encerrar, pergunto se algum representante da Prefeitura quer responder às perguntas que lhes direcionaram.

A SRA. BARBARA DIONISIO CHAGAS – Quanto à Secretaria-Executiva de Limpeza Urbana, gostaria de falar um pouco da questão dos pátios de compostagem. Temos dois tipos: a doméstica e aquela em um nível maior, que fazemos no município, pelas feiras. Hoje, com o atual método usado, só conseguimos reaproveitar as frutas, verduras e legumes de feiras livres. Nós não conseguimos ainda atender escolas, nem mercados ou açougues. Atualmente, nós só trabalhamos com essas três frações, esses três tipos. Nós temos atualmente seis pátios de compostagem espalhados pela cidade, mas ainda não conseguimos atender todas as regiões. Temos regiões que os resíduos de feiras infelizmente vão para o aterro por não ter um pátio e também por não atender a capacidade.

Hoje trabalhamos com esses seis pátios e cada um deles tem capacidade de, em média, seis a dez toneladas por dia. E a nossa grande dificuldade hoje realmente são as áreas. Recentemente, há mais ou menos um ano e meio atrás, nós tínhamos um pátio em Itaquera e a população não o aceitou. Tivemos que parar a obra. Então, a nossa maior dificuldade, na questão

de pátio, de compostagem, é achar mesmo uma área em específica para isso.

Nós já estamos trabalhando com capacidade menor, então, por exemplo, temos pátios que têm uma capacidade de 6 toneladas por dia e tem pátios que têm 10. Então, considerando as áreas que estão disponíveis, nós vamos nos readequando e fazendo pátios menores, com leiras menores. Mas, a nossa grande dificuldade é isto, tanto ecoponto quanto pátios de compostagem. Em muitos dos lugares, a população acha que vai ser um lixão, que será algo que vai gerar um certo cheiro ou uma inconveniência, que terá passagem de caminhão ou barulhos.

Realmente, não tem tanto impacto, mas tem um impacto de passagem de caminhão, de chegada de resíduo. Quem já visitou um dos nossos pátios, temos visitas e visitas com escolas também, vê que não gera cheiro. Lógico que no momento que abrimos a leira, há o resíduo, mas, quando a fechamos, isso não gera nenhum impacto diretamente em locais que têm ali a população e as residências em volta a residências. Essa é nossa maior dificuldade hoje.

É por isso que estamos trabalhando para aumentar a capacidade dos nossos pátios. Então estamos procurando outros métodos que possamos acelerar aquela leira para começar a receber mais resíduos. Hoje, a maior dificuldade na questão de compostagem são as áreas públicas disponíveis.

O SR. NABIL BONDUKI – Só uma pergunta. Por que nós não temos biodigestores nesses patos de compostagem?

A SRA. BARBARA DIONISIO CHAGAS – Eu acho que talvez o Sr. David Tegangno possa falar um pouco sobre os biodigestores disponíveis que terão nas UREs. Mas, no método do contrato de limpeza urbana de serviços indivisíveis, isso não é compatível. Então, com o método que temos, isso não é compatível. Nós estamos estudando como que podemos desenvolver e ultrapassar essas barreiras que temos hoje nos contratos.

O SR. NABIL BONDUKI – O contato não prevê biodigestores?

A SRA. BARBARA DIONISIO CHAGAS – O de limpeza de serviços indivisíveis, não, mas quanto às UREs o Sr. David Tegangno pode falar um pouco sobre isso.

O SR. DAVID TEGANGNO – Posso falar sim.

O SR. NABIL BONDUKI – Mas isso é questão de mudar o contrato, não?

O SR. DAVID TEGANGNO – Olá, nobre Vereador Nabil Bonduki. Eu trabalhei nas usinas de compostagem, nos biodigestores em 1994, 1995, então, no novo contrato, na renovação, já estão previstos tanto para um ecoparque quanto para outro também. Estamos estudando essa possibilidade e terá essa possibilidade. Não sei se falo agora sobre o horário de coleta seletiva. Posso falar, nobre Vereadora Marina Bragante?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Pode falar todas as suas respostas, é o seu momento agora.

O SR. DAVID TEGANGNO – O horário de coleta está disponível no site. Então tem descrito o horário específico e o dia da semana. Eu preciso do endereço para ver o que pode ter acontecido, mas todos têm o horário.

Lembrando que, pela legislação, a disponibilização do resíduo tem problemas quanto o limite da colocação de lixo fora do horário. Está lá no site, então precisaria do endereço de quem falou que não estava previsto, ou não era período noturno, diurno ou vespertino, porque geralmente tem um horário.

Das dificuldades da compostagem a Sra. Barbara Dionisio Chagas já falou também qual a previsão contratual. Quanto a resíduos de feira, há o nosso biodigestor dos indiferenciados, que faz uma diferença.

A SELIMP vai fazer o tratamento dos resíduos de feira, que é bem melhor para fazer a compostagem e também para depois ao setor de verde. Enfim, o nosso tirará o resíduo orgânico e fará essa compostagem e no biodigestor desses contratos.

O Sr. Carlos Henrique Andrade de Oliveira tinha falado sobre dados da prefeitura e sobre educação ambiental.

Sobre conscientização e educação ambiental, os dados estão disponíveis, inclusive na página da SP Regula. Tem os dados de todos os resíduos domiciliares, seletivo, de saúde, de praticamente cinco ou seis anos. Temos dados de décadas aqui do sistema SISCOR, que

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 43 DE 47

antes era do SIGILO. Temos todos os tipos de dados, só precisamos saber a quais que está se referindo.

A Sra. Esther Ribeiro, conhecemo-nos na Amlurb, na época do Limpurb e Amlurb. Ela faz o cadastro aqui das pessoas. É uma gestora ambiental que falava da dificuldade de fazer isso.

A dificuldade era anterior, quando era no papel, pois tínhamos que fazer todo aquele trâmite. Agora, com o sistema está muito mais fácil. Talvez, o tipo de problema que possa surgir é que algumas empresas não atendem a legislação. Eu só posso fazer o que está escrito na legislação, no decreto, que tem a capacitação financeira e jurídica, além dos documentos necessários. Se não tiver isso, não é possível; o sistema não aceita. O sistema é automático e faz com muita rapidez, então é preciso entender quais são as dificuldades, porque essas empresas fazem um serviço público no regime privado, são autorizativos, mas o sistema serve para nos ajudar e são vários tipos de cadastro.

Do GT de Catadores, é o Sr. Osmário Ferreira da Silva, Secretário da SELIMP, junto com o Sr. Vice-Prefeito, tem um grupo criado para fazer o hub, algumas ações, e nós também participamos. Acho importante esse estreitamento, que se dá nesse grupo, que dialoga e age com o ANCAT, além da Sra. Nanci Darcollete. Fazemos esse tipo de trabalho junto com esse grupo.

Os problemas com a parte da coleta mecanizada lateral, aquela que o caminhão a faz em um contêiner de 3,2m³. Ele foi instalado na cidade justamente para diminuir a deposição de resíduos no passeio por conta das chuvas e diminuir esse impacto. Foi feito um estudo em várias ruas e bairros, e estão sendo instalados gradativamente.

Não sei qual é o local, que tipo de problema que aconteceu no local, mas há várias regras para ser colocado um equipamento daquele porte.

Não conheço o local, nem o tipo de problema que ocorreu, mas há diversas regras para a instalação de um equipamento daquele porte. Poderiam nos enviar o endereço para verificarmos o que aconteceu, mas, em geral, o objetivo é trazer um benefício com o equipamento

e melhorias para a população.

Sobre o Sr. Levi Torres, da ABRECON, serei breve: conheço-o bem e lhe envio um abraço. Já existe um decreto sobre os Resíduos da Construção Civil, os RCC, que trata do reaproveitamento do agregado reciclado, para que as obras da Prefeitura o utilizem.

Na verdade, nosso sistema monitora um grande número de resíduos da construção civil pelo cadastro. Podemos caminhar para dirimir as dúvidas que ele tenha nesse sentido e verificar onde ele está querendo ser atendido nesse formato, seja na utilização do resíduo pela Prefeitura ou no setor privado. De todo modo, temos um sistema que mede essa movimentação de resíduos. É o que me recordo e o que anotei. Peço desculpas pelo tempo e obrigado.

O SR. ALESSANDRO BENDER – Eu só gostaria de reforçar a importância de estarmos dialogando sobre esse tema tão necessário. Senti falta da participação da academia, pois, por exemplo, no PlanClima SP, que você citou, no momento em que fomos revisar o PlanClima SP, convocamos mais de 15 universidades e faculdades, entregamos o plano a eles e perguntamos: "O que podemos melhorar?". Abrimos para audiência pública, então sinto que temos um desafio muito grande pela frente.

Inclusive, nobre Vereadora Marina Bragante, o que gostaria de comentar é que parte dos 33% de metas que ainda não atingimos está relacionada à logística reversa. Ou seja, é uma parcela da sociedade que simplesmente não demonstra movimentação quanto a isso. Precisamos pressionar as empresas a terem corresponsabilidade pelos rejeitos, dejetos e resíduos que geram. Este é o nosso desafio. Gostaria de agradecer e espero que tenhamos mais oportunidades para dialogarmos e o canal está aberto.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Sr. Alessandro Bender. Acredito que haja, primeiramente, a compreensão do quão complexo é o tema que estamos tratando. Não mencionamos aqui tantas outras variáveis relevantes. Deixamos de pensar, por exemplo, em como está sendo feita a varrição e por que não podemos usar as folhas coletadas para a serrapilheira das composteiras, por parte da organização da sociedade civil que tem se dedicado a isso. Tenho conhecido cada vez mais praças em que a sociedade civil se organizou

para fazer compostagem, e parece-me que não há um encontro entre o poder público e essa parcela da população que já realiza o trabalho de investimento e apoio.

Inclusive, há um certo receio de que, se o Poder Público aparecer, seja mais difícil mantermos a compostagem funcionando como está. Não falamos sobre os grandes geradores e a fiscalização, que é responsabilidade da Prefeitura. Se não me engano, temos por volta de 3 mil grandes geradores em São Paulo. Não me parece um número condizente. Se olharmos pela janela, apenas até onde a vista alcança, podemos imaginar que existam muito mais. Portanto, a gestão de resíduos não está sendo feita como deveria, e parte da responsabilidade da Prefeitura é fiscalizar e garantir sua execução, o que não nos exime, como cidadãos, de fazermos a nossa parte.

A forma como a gestão de resíduos vem sendo feita no país é quase mágica: você coloca o lixo na frente de casa e ele desaparece, não se sabe para onde vai ou como vai. Isso não é bom para ninguém, por isso é tão importante investirmos em comunicação e educação ambiental, para que o pacto social que precisamos construir conte com o Poder Público, que detém os recursos, espaços, conexões e equipamentos e serviços ofertados para conseguirmos realizar essa transformação. É preciso reconhecer a desigualdade e o papel fundamental que as catadoras, os catadores e as cooperativas já desempenham na nossa cidade, incluindo-os não só no debate, mas efetivamente na solução encontrada.

Gostaria de agradecer e registrar que nós, Sr. David Tegangno, enviaremos a V.Sa. um ofício com as perguntas feitas na abertura da audiência pública, para que possamos trabalhar sobre os dados e as evidências que a Prefeitura afirmou possuir, mas que não foram apresentados. É fundamental sabermos de onde estamos partindo como município.

O SR. DAVID TEGANGNO – Combinado, V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Deseja fazer uma última fala? Concedo a palavra à Sra. Nanci Darcollete.

A SRA. Nanci DARCOLLETE – Serei rápida, nobre Vereadora Marina Bragante. Gostaria de dizer que os catadores impulsionam a cadeia produtiva da reciclagem no município

desde sempre. A logística reversa é fruto dessa nossa luta, é um resultado que, para nós, ainda não é muito positivo, mas já é um avanço.

O que temos dialogado com o Poder Público é que cobrem das empresas que operacionalizam esse sistema. Para nós, catadores, não bastam apenas contrapartidas ou compensações, pois queremos estar, de fato, inseridos em políticas públicas, como agentes de transformação. Queremos fazer parte do sistema e não apenas receber "beiradinhas" de compensação.

O que cobramos é que esses compromissos, compensações, contrapartidas e brindes sejam feitos para estimular a população, não como política pública ou investimentos. Os investimentos devem ser destinados à coleta seletiva, aos catadores e a toda a sociedade, como parte de uma política pública séria, inclusiva e participativa. É isso que cobramos.

Os catadores fazem parte do serviço e sempre fizeram. O que propomos à Prefeitura é que recebamos por isso e que estejamos presentes nos comitês. O Sr. Osmário Ferreira da Silva tem sempre dialogado conosco e nossa posição é a de que não estamos sendo contemplados ou ouvidos. Nas poucas vezes em que nos sentamos à mesa com a Prefeitura, parece que é apenas para justificar as resoluções e planos que já estão prontos. Não é um diálogo, são monólogos. Nós falamos, e depois a Prefeitura simplesmente impõe o que será feito.

Eu gostaria muito que conseguíssemos verificar se, nesses contratos, há espaço para nossas colocações. Precisamos que deixem de ser monólogos. Estamos falando desde o início desta gestão. Considero inaceitável esse posicionamento da Prefeitura de sempre fazer imposições. A população está se manifestando: "não cortem nossas árvores, não tirem a Mata Atlântica". Não queremos pagar caminhões para circular poluindo as ruas e enterrando nosso dinheiro. Queremos esses recursos distribuídos por meio da economia popular e circular, fazendo o capital girar pela cidade e chegar a quem já realiza esse trabalho por direito. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Gostaria de encerrar, mas sou obrigada a fazer um último parágrafo.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 48

REUNIÃO: 21597 DATA: 10/12/2025 FL: 47 DE 47

de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa tarde.